

AUTOMEDICAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO: UMA ABORDAGEM DE SAÚDE COLETIVA

SELF-MEDICATION AND ITS IMPACTS ON POPULATION HEALTH: A COLLECTIVE HEALTH APPROACH

LA AUTOMEDICACIÓN Y SUS REPERCUSIONES EM LA SALUD DE LA POBLACIÓN: UM ENFOQUE DE SALUD COLECTIVA

Roberto Kennedy Ferreira da Silva de Queiroz¹

Maria de Lourdes Machado de Resende Neta²

Allyne Kelly Carvalho Farias³

Yuri Monteiro de Oliveira⁴

João Victor Oliveira Andrade⁵

Ruth Micaelly Souza Maia⁶

RESUMO: Esse artigo buscou analisar os impactos da automedicação na saúde da população, considerando os principais fatores associados, riscos e repercussões dessa prática no contexto da Saúde Coletiva. Trata-se de uma revisão integrativa e descritiva sobre a automedicação e seus impactos na saúde, utilizando a estratégia PICO e as bases PubMed, SciELO e BVS. Foram incluídos artigos completos publicados entre 2021 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, totalizando 210 estudos identificados e 14 selecionados. A pesquisa utilizou dados secundários de acesso público, não envolvendo participantes humanos ou necessidade de aprovação ética. A análise de 14 estudos evidenciou que a automedicação é frequente em diferentes populações e contextos, com prevalências variadas e influenciada por fatores sociais, econômicos e individuais. Os medicamentos mais utilizados incluíram analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, destacando-se riscos como efeitos adversos, interações, intoxicações e resistência antimicrobiana. Os achados reforçam que a automedicação constitui um importante problema de Saúde Coletiva e requer ações de educação em saúde, orientação profissional e promoção do uso racional de medicamentos. A automedicação mostrou-se frequente e associada a efeitos adversos, interações, intoxicações e uso inadequado de medicamentos, sendo influenciada por fatores sociais, econômicos e pelo acesso aos serviços de saúde.

1

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Automedicação. Educação em saúde.

¹ Doutor em saúde pela Universidade Federal de Uberlândia.

² Residente pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estadual do Piauí.

³ Especialista em Hematologia Clínica e Banco de Sangue pela Faculdade Monte Pascoal.

⁴ Psicólogo pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

⁵ Especialista em Unidade de Terapia Intensiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante.

⁶ Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Tira-dentes.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the impacts of self-medication on population health, considering the main associated factors, risks, and repercussions of this practice within the context of public health. It is an integrative, descriptive review regarding self-medication and its health impacts, employing the PICO strategy and the PubMed, SciELO, and BVS databases. Full-text articles published between 2021 and 2026 in Portuguese, English, and Spanish were included, resulting in a total of 210 identified studies and 14 selected ones. The research utilized publicly accessible secondary data, involving no human participants or the need for ethical approval. Analysis of the 14 studies revealed that self-medication is frequent across different populations and contexts, with varying prevalence rates influenced by social, economic, and individual factors. The most commonly used medications included analgesics, anti-inflammatories, and antibiotics; notable risks included adverse effects, drug interactions, toxicity, and antimicrobial resistance. The findings reinforce that self-medication constitutes a significant public health issue requiring health education initiatives, professional guidance, and the promotion of rational medication use. Self-medication was found to be frequent and associated with adverse effects, interactions, toxicity, and inappropriate medication use, influenced by social and economic factors as well as access to health services.

Keywords: Public Health. Self-medication. Health education.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar los impactos de la automedicación en la salud de la población, considerando los principales factores asociados, los riesgos y las repercusiones de esta práctica en el contexto de la salud pública. Se trata de una revisión integradora y descriptiva sobre la automedicación y sus efectos en la salud, que empleó la estrategia PICO y las bases de datos PubMed, SciELO y BVS. Se incluyeron artículos a texto completo publicados entre 2021 y 2026 en portugués, inglés y español, lo que resultó en un total de 210 estudios identificados y 14 seleccionados. La investigación utilizó datos secundarios de acceso público, sin involucrar a participantes humanos ni requerir aprobación ética. El análisis de los 14 estudios reveló que la automedicación es frecuente en diversas poblaciones y contextos, con tasas de prevalencia variables influidas por factores sociales, económicos e individuales. Los medicamentos más utilizados fueron analgésicos, antiinflamatorios y antibióticos; entre los riesgos destacados se encuentran los efectos adversos, las interacciones medicamentosas, la toxicidad y la resistencia a los antimicrobianos. Los hallazgos refuerzan que la automedicación constituye un problema importante de salud pública que requiere iniciativas de educación sanitaria, orientación profesional y la promoción del uso racional de medicamentos. Se constató que la automedicación es frecuente y está asociada a efectos adversos, interacciones, toxicidad y uso inadecuado de medicamentos, factores influidos tanto por aspectos sociales y económicos como por el acceso a los servicios de salud.

Palabras clave: Salud pública. Automedicación. Educación sanitaria.

INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos está presente no cotidiano da população e constitui um importante recurso para prevenção, tratamento e alívio de diferentes problemas de saúde. Entretanto, quando os medicamentos são utilizados por iniciativa própria, sem avaliação ou

orientação adequada de um profissional, caracteriza-se a automedicação. Embora seja uma prática comum, ela pode trazer riscos à saúde, especialmente quando ocorre sem informações sobre indicação, dose, contraindicações e possíveis interações medicamentosas. Além disso, fatores como dificuldade de acesso aos serviços de saúde, experiências anteriores com determinados medicamentos e a percepção de que o problema não apresenta gravidade podem favorecer esse comportamento (OPOKU *et al.*, 2023).

Os impactos da automedicação podem variar desde reações adversas e interações medicamentosas até intoxicações, agravamento de problemas de saúde e atraso na identificação de doenças. A automedicação, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma decisão individual, pois seu desenvolvimento está relacionado às condições de acesso aos serviços, à disponibilidade de medicamentos, ao conhecimento da população, às experiências anteriores e aos diferentes modos de buscar cuidado (GASHAW *et al.*, 2025).

Dessa forma, a discussão sobre esse fenômeno deve considerar aspectos sociais e relacionados à organização dos serviços de saúde, especialmente porque o uso inadequado de medicamentos pode gerar consequências tanto para o indivíduo quanto para a coletividade (OPOKU *et al.*, 2023; GASHAW *et al.*, 2025).

Nesse contexto, a atuação dos profissionais de saúde é fundamental para promover o uso racional de medicamentos e reduzir práticas que possam oferecer riscos. As farmácias comunitárias, por exemplo, constituem importantes pontos de acesso da população ao cuidado, enquanto o farmacêutico pode contribuir para orientar sobre o uso adequado dos medicamentos, identificar situações que necessitam de avaliação clínica e estimular práticas de autocuidado mais seguras (ROTTA; LIMA; TONIN, 2023).

Diante desse cenário, compreender a automedicação sob a perspectiva da Saúde Coletiva permite analisar seus fatores associados, seus riscos e suas repercussões para a população e para os serviços de saúde. Assim, este estudo tem como objetivo analisar os impactos da automedicação na saúde da população, considerando os principais fatores associados, riscos e repercussões dessa prática no contexto da Saúde Coletiva.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem descritiva, realizada com o propósito de reunir e sintetizar evidências científicas disponíveis sobre a automedicação e seus impactos na saúde da população, considerando a perspectiva da Saúde Coletiva.

O desenvolvimento da revisão foi organizado em etapas, compreendendo: definição do tema e da questão norteadora; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; busca e seleção dos estudos; extração e organização das informações; análise e síntese dos resultados; e apresentação da revisão. Essas etapas contribuem para tornar o processo de busca e seleção dos estudos mais sistemático e transparente (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A questão norteadora foi elaborada com base na estratégia PICO, recurso utilizado para estruturar questões de pesquisa em saúde de forma objetiva. Neste estudo, os componentes foram definidos da seguinte maneira: P (População): população em geral; I (Interesse): automedicação; C (Comparação): não utilizado; O (Desfecho/Outcome): impactos, riscos e repercussões da automedicação na saúde. A estratégia PICO foi utilizada sem o componente C porque o objetivo da revisão não consiste em comparar duas intervenções, tratamentos, grupos populacionais ou estratégias de cuidado.

A partir dessa estrutura, foi definida a seguinte questão norteadora: “Quais são os principais impactos e riscos associados à automedicação na saúde da população, considerando a perspectiva da Saúde Coletiva?”

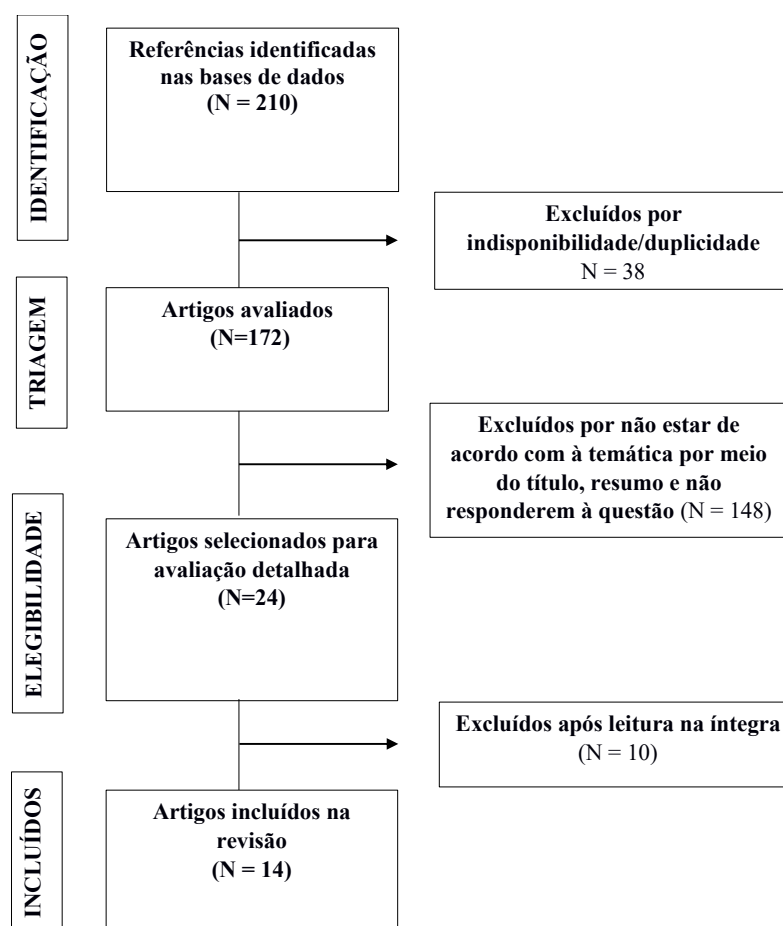
A busca dos estudos foi realizada em julho de 2026 nas bases de dados PubMed, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados descritores controlados provenientes dos vocabulários Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Entre os termos utilizados, destacaram-se: “Automedicação”, “*Self Medication*”, “Uso de Medicamentos”, “*Drug Utilization*”, “Saúde Pública”, “*Public Health*”, “Riscos à Saúde” e termos relacionados aos impactos do uso inadequado de medicamentos.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos científicos publicados entre janeiro de 2021 e agosto de 2026, disponíveis integralmente, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem a automedicação e seus impactos, riscos, consequências ou fatores associados à saúde da população. Ademais, foram excluídos artigos duplicados, trabalhos que

não apresentassem relação direta com a questão norteadora, estudos cujo texto completo não estivesse disponível, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, livros, capítulos de livros e estudos que abordassem exclusivamente o uso de medicamentos sob prescrição ou situações que não estivessem relacionadas à automedicação.

Os estudos identificados nas bases de dados (N = 210) foram organizados para identificação e retirada das duplicidades. Posteriormente, foi realizada a triagem dos títulos e resumos, seguida da leitura na íntegra dos artigos potencialmente elegíveis (Figura 1):

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos artigos.



Fonte: Autores (2026).

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura baseada exclusivamente em dados secundários provenientes de estudos científicos já publicados e de acesso público, não houve participação direta de seres humanos nem coleta de dados primários. Dessa forma, o estudo não envolve intervenção ou abordagem direta de participantes, consequentemente, não se caracteriza como pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados, 14 artigos, evidenciou que a automedicação permanece como uma prática frequente em diferentes populações e contextos de saúde, apresentando características semelhantes entre países, apesar das diferenças culturais e na organização dos serviços. Os trabalhos analisados abordaram principalmente a frequência da automedicação, os fatores que favorecem essa prática, os medicamentos mais utilizados e suas consequências para a saúde individual e coletiva.

Os estudos selecionados foram organizados em um quadro para facilitar a apresentação, comparação e síntese das evidências encontradas na revisão integrativa. Para cada artigo, foram sistematizadas as informações referentes ao autor e ano de indexação, metodologia utilizada, objetivo do estudo e principais resultados, permitindo uma visualização mais clara das características e dos achados dos estudos incluídos.

Quadro 1 – Estudos selecionados para compor a revisão.

AUTOR (ANO DE INDEXAÇÃO)	METODOLOGIA UTILIZADA	OBJETIVO DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Gonzaga, Kotze e Olandoski (2021)	Estudo transversal, descritivo e observacional	Avaliar a prevalência e o perfil da população que utiliza automedicação para controle dos sintomas dispépticos em uma	Entre os usuários da atenção primária, 26,3% relataram automedicação para sintomas dispépticos, principalmente com inibidores da bomba de prótons, favorecida pelo uso prévio e pela facilidade de acesso aos medicamentos. A prática foi mais frequente entre pessoas com mais de 38 anos, maior IMC e depressão

		capital do Sul do Brasil.	autorreferida, evidenciando a influência das condições de saúde nesse comportamento.
Godinho <i>et al.</i> (2022)	Estudo transversal	Avaliar a prevalência e os fatores associados a automedicação em adolescentes.	O estudo identificou elevada frequência de automedicação entre adolescentes, especialmente entre aqueles que haviam utilizado medicamentos recentemente, predominando os medicamentos isentos de prescrição. A prática esteve associada ao sexo feminino, maior tempo de exposição às telas, autopercepção da saúde, hospitalização anterior e presença de rinite alérgica.
Pons <i>et al.</i> (2023)	Estudo transversal	Estimar e caracterizar a prevalência do uso de medicamentos sem receita em crianças brasileiras de 0 a 12 anos.	Entre as crianças que utilizaram medicamentos para condições agudas, 22,2% foram medicadas sem indicação médica ou odontológica, sendo essa prática mais frequente entre crianças mais velhas e pertencentes a famílias de menor condição socioeconômica. Os medicamentos mais utilizados foram analgésicos/antitérmicos, principalmente para dor, febre e sintomas de resfriado ou alergia.
Shalini, Logaraj (2021)	Estudo transversal	Determinar a prevalência e os determinantes da automedicação entre a população adulta da área urbana de Tamil Nadu.	O estudo identificou prevalência de 32,5% de automedicação entre adultos residentes em uma área suburbana de Chennai, evidenciando a frequência relevante dessa prática. A automedicação foi mais comum entre homens e adultos mais velhos, sendo associada a diferenças no acesso aos cuidados e às condições de saúde.
Alwhaibi <i>et al.</i> (2023)	Estudo transversal	Avaliar a prevalência da automedicação, as causas da automedicação e a relação entre	O estudo identificou que cerca de dois terços dos adultos praticavam automedicação, principalmente mulheres, adultos jovens e pessoas com maior escolaridade, sendo analgésicos e antitérmicos os medicamentos mais utilizados. As principais razões foram

		condições crônicas de saúde e automedicação entre indivíduos adultos.	experiências anteriores com a doença e tentativa de economizar tempo, enquanto alguns participantes relataram eventos adversos relacionados aos medicamentos. Embora possa facilitar o manejo de problemas leves, a automedicação apresenta riscos como uso inadequado, interações medicamentosas, polifarmácia, diagnóstico incorreto e mascaramento de doenças.
Ayenew <i>et al.</i> (2025)	Estudo transversal	Informar estratégias de saúde pública que equilibrem acesso com segurança, aumentem a conscientização e promovam o uso racional de drogas.	O estudo identificou alta prevalência de automedicação com AINEs (69,2%), principalmente com diclofenaco e ibuprofeno, utilizados sobretudo para cefaleia e dor menstrual. A prática esteve relacionada ao nível educacional e à cobertura de seguro de saúde, enquanto as farmácias comunitárias foram a principal fonte de informação sobre esses medicamentos. Entre os usuários, 11,2% relataram efeitos adversos, destacando-se o desconforto gastrointestinal, evidenciando os riscos do uso de AINEs sem orientação profissional.
Karimi <i>et al.</i> (2025)	Estudo transversal	Determinar a prevalência e os fatores de risco associados à automedicação com antibióticos, aumentando assim nossa compreensão de seus determinantes entre a população iraniana.	O estudo identificou 21,3% de automedicação com antibióticos, associada principalmente a maior escolaridade, melhor condição socioeconômica, cobertura por seguro de saúde, problemas de saúde mental e histórico de COVID-19. Os achados indicam que a facilidade de acesso aos antibióticos e a confiança no autodiagnóstico podem favorecer essa prática, inclusive entre pessoas com maior escolaridade. A automedicação com antibióticos representa uma preocupação para a Saúde Coletiva por contribuir para o

			uso inadequado desses medicamentos e para o aumento da resistência antimicrobiana.
Wang <i>et al.</i> (2025)	Estudo transversal	Avaliar a prevalência da automedicação com antibióticos entre a população chinesa e investigar os fatores associados a esse comportamento.	O estudo identificou que 34,64% dos participantes compraram e utilizaram antibióticos por conta própria, evidenciando a frequência da automedicação antibiótica na população chinesa. A prática esteve relacionada a fatores como idade, sexo, escolaridade, consumo de álcool, condições de saúde e facilidade de acesso aos medicamentos, além de aspectos econômicos e do sistema de saúde. Os achados reforçam que a automedicação com antibióticos constitui um problema de Saúde Coletiva, especialmente pelo risco de uso inadequado e contribuição para a resistência antimicrobiana.
Ghodkhande, Choudhari e Gaidhane (2023)	Revisão de literatura	Obter <i>insights</i> sobre automedicação na população geriátrica.	A automedicação pode trazer riscos importantes, como uso inadequado de doses, interações medicamentosas, efeitos adversos, intoxicações, atraso no diagnóstico e até dependência, além de favorecer a resistência aos antibióticos. Nesse contexto, a orientação dos profissionais de saúde é fundamental para ampliar o conhecimento da população, estimular o uso racional dos medicamentos e reduzir práticas inseguras.
Asselin <i>et al.</i> (2022),	Pesquisa online transversal	Avaliar a automedicação com cannabis após a legalização da cannabis entre adultos na província canadense de Quebec.	O estudo mostrou que a automedicação com cannabis ocorre principalmente entre indivíduos jovens, que utilizam a substância para diferentes condições, como dor, ansiedade, depressão e distúrbios do sono. Também foram observados padrões de uso frequente, incluindo produtos com altas concentrações de THC e associação com

			outros medicamentos, aumentando o potencial de efeitos adversos e interações.
Qudrati <i>et al.</i> (2025)	Estudo descritivo e transversal	Investigar a prevalência da automedicação com antibióticos entre estudantes não médicos da Universidade de Cabul.	O estudo encontrou 59,1% de automedicação com antibióticos entre estudantes universitários não médicos, destacando a frequência preocupante desse comportamento. A prática esteve associada à presença de doenças crônicas, sendo motivada principalmente por experiências anteriores com doenças (39%) e falta de recursos para consulta médica (35,5%).
Karimi <i>et al.</i> (2025)	Estudo transversal	Determinar a prevalência e os fatores de risco associados à automedicação, aumentando assim nossa compreensão de seus determinantes entre a população iraniana.	O estudo identificou prevalência de 21,3% de automedicação com antibióticos, associada principalmente ao maior nível educacional, melhor condição socioeconômica, cobertura de seguro, pior saúde mental e histórico de COVID-19 sem complicações.
Zheng <i>et al.</i> (2023)	Revisão sistemática	Fornecer uma visão geral das pesquisas sobre automedicação durante a COVID-19 e o papel dos farmacêuticos na garantia da segurança dos medicamentos relacionada à automedicação.	A revisão evidenciou que a automedicação foi uma prática frequente durante a pandemia de COVID-19, especialmente em contextos de menor acesso aos serviços de saúde. Os medicamentos mais utilizados incluíram antibióticos, analgésicos, vitaminas e fitoterápicos, com riscos relacionados a reações adversas, interações e resistência antimicrobiana.

Kazemioula <i>et al.</i> (2022)	Revisão sistemática e meta-análise	Estimar a prevalência geral da automedicação na pandemia de COVID-19.	A meta-análise, que reuniu 56 estudos, identificou prevalência global de automedicação de aproximadamente 48,6% durante a pandemia de COVID-19. A prática foi mais frequente entre estudantes, enquanto profissionais de saúde apresentaram menor prevalência, possivelmente devido ao maior conhecimento sobre os riscos.
---------------------------------	------------------------------------	---	--

Fonte: Autores (2026)

No Brasil, Gonzaga, Kotze e Olandoski (2021), ao investigarem 719 usuários de serviços públicos de saúde, identificaram prevalência de 28,7% de automedicação para sintomas digestivos. Os inibidores da bomba de prótons foram os medicamentos mais utilizados, correspondendo a 67% dos fármacos empregados. A prática apresentou associação com idade superior a 38 anos, índice de massa corporal elevado e depressão, indicando que características individuais e condições de saúde podem influenciar a escolha pelo uso de medicamentos sem orientação profissional.

No contexto brasileiro, Godinho *et al.* (2022), em estudo realizado com 2.515 adolescentes de 18 e 19 anos em São Luís, Maranhão, também identificaram a presença da automedicação nessa faixa etária. O estudo é relevante por demonstrar que a prática não está restrita à população adulta e pode estar presente desde fases mais precoces da vida, sendo influenciada por características individuais e pelo contexto social no qual o adolescente está inserido.

Entre crianças brasileiras, Pons *et al.* (2023) encontraram prevalência de 22,2% de automedicação entre 7.528 crianças de até 12 anos. A prática foi mais frequente entre crianças mais velhas, pertencentes a famílias de menor renda e sem cobertura de plano de saúde. Dor, febre e sintomas de resfriado ou rinite foram as principais situações associadas ao uso de medicamentos sem indicação profissional. Esses resultados demonstram que a automedicação também ocorre de forma indireta, quando pais ou responsáveis decidem administrar medicamentos às crianças sem avaliação adequada.

Resultados internacionais reforçam essa tendência através do estudo de Shalini e Logaraj (2021), em pesquisa com adultos residentes em área suburbana de Chennai, identificaram automedicação em 32,5% dos participantes. Já Alwhaibi *et al.* (2023), em estudo com adultos com

condições crônicas na Arábia Saudita, encontraram prevalência de 76,4%. Entre os principais motivos estavam experiências anteriores com a mesma doença e a tentativa de economizar tempo. Além disso, 20,6% dos indivíduos que se automedicavam relataram eventos adversos.

Ayenew *et al.* (2025), ao estudarem 786 moradores de Gondar, na Etiópia, encontraram prevalência de 69,2% de automedicação com anti-inflamatórios não esteroides. A facilidade de aquisição dos medicamentos em farmácias foi apontada como um dos motivos para a prática, enquanto a falta de tempo também apresentou participação importante. O estudo identificou ainda associação entre automedicação, escolaridade e cobertura por seguro de saúde, sugerindo que melhores condições de acesso ao cuidado podem contribuir para reduzir o uso inadequado desses medicamentos.

Achados semelhantes foram observados por Karimi *et al.* (2025), que investigaram a automedicação com antibióticos na população adulta de Teerã. A prevalência encontrada foi de 21,3%, sendo maior entre pessoas com maior nível socioeconômico e educacional, com seguro básico e histórico de infecção por COVID-19. O resultado demonstra que a automedicação não está necessariamente relacionada apenas à baixa escolaridade ou à pobreza, podendo assumir diferentes características de acordo com o contexto social e o sistema de saúde disponível.

No caso dos antibióticos, Wang *et al.* (2025) também identificaram fatores associados ao uso sem orientação profissional entre residentes chineses. A relevância desse achado está no fato de que a decisão de utilizar antibióticos por conta própria pode ser influenciada por conhecimentos prévios, disponibilidade dos medicamentos e percepção individual sobre a necessidade do tratamento, favorecendo seu uso inadequado e contribuindo para um problema que ultrapassa a esfera individual.

Ayenew *et al.* (2025) observaram que diclofenaco e ibuprofeno estavam entre os anti-inflamatórios mais utilizados. Cefaleia e dor menstrual foram os principais motivos relatados para o uso. Embora esses medicamentos sejam amplamente conhecidos pela população, seu consumo sem acompanhamento pode produzir efeitos adversos, principalmente quando ocorre em doses inadequadas ou por períodos prolongados. No estudo, 11,2% dos participantes relataram algum efeito adverso, sendo o desconforto gástrico o mais frequente.

Entre idosos, Ghodkhande, Choudhari e Gaidhane (2023) destacaram uma preocupação adicional: o envelhecimento geralmente está acompanhado por maior número de doenças crônicas e uso simultâneo de vários medicamentos. Nesse grupo, a automedicação pode

aumentar o risco de interações medicamentosas e reações adversas, tornando a prática especialmente preocupante para a segurança do paciente.

Outro exemplo de risco está relacionado ao uso de medicamentos para condições específicas. Asselin *et al.* (2022), ao analisarem a automedicação com cannabis entre adultos no Canadá, identificaram uso para condições como ansiedade, insônia, dor e depressão. Os autores chamaram atenção para o uso de concentrações elevadas de THC, a utilização concomitante de outros medicamentos e a necessidade de melhorar o acesso à orientação profissional.

O uso de antibióticos merece atenção diferenciada devido às suas repercussões coletivas. Qudrati *et al.* (2025), em estudo realizado com estudantes não pertencentes à área da saúde em uma universidade do Afeganistão, encontraram que 59,1% dos participantes haviam praticado automedicação com antibióticos. Amoxicilina, azitromicina e penicilina estiveram entre os medicamentos mais utilizados. Os principais motivos relatados foram experiências anteriores com doenças semelhantes e falta de recursos financeiros para procurar atendimento médico.

Em Teerã, Karimi *et al.* (2025) identificaram automedicação com antibióticos em 21,3% da população estudada. O resultado demonstra que, mesmo em contextos distintos, permanece a utilização de antibióticos sem acompanhamento profissional, reforçando a necessidade de estratégias específicas para seu uso racional.

A automedicação com antibióticos é particularmente preocupante porque o uso desnecessário ou inadequado favorece a seleção de bactérias resistentes. Com isso, um comportamento inicialmente individual pode contribuir para a redução da efetividade dos tratamentos disponíveis para toda a população. Por esse motivo, o enfrentamento da prática requer ações articuladas de educação em saúde, regulação da dispensação, qualificação dos profissionais e ampliação do acesso aos serviços.

A revisão sistemática de Zheng *et al.* (2023), que reuniu 62 estudos sobre automedicação durante a pandemia de COVID-19, reforçou ainda o papel dos farmacêuticos na educação da população e na promoção do uso seguro de medicamentos. Os autores destacaram que farmácias e profissionais farmacêuticos podem atuar como pontos estratégicos para orientar usuários e reduzir práticas de automedicação de risco.

Os resultados analisados demonstram que os impactos da automedicação ultrapassam a ocorrência de eventos adversos individuais. Um dos exemplos mais expressivos foi identificado no Brasil por meio da análise de notificações de intoxicação. Estudo epidemiológico publicado

em 2026 identificou 23.859 casos de intoxicação exógena relacionados à automedicação entre 2014 e 2023, com predominância de adultos e mulheres. O crescimento das notificações observado no período reforça que o uso inadequado de medicamentos pode produzir eventos suficientemente graves para demandar atendimento nos serviços de saúde.

Durante a pandemia de COVID-19, esse comportamento ganhou maior visibilidade. Kazemioula *et al.* (2022), em revisão sistemática e meta-análise com 56 estudos, estimaram prevalência global de automedicação de 48,6% durante a pandemia. A maior frequência foi observada entre estudantes e na população geral, demonstrando que períodos de crise sanitária podem intensificar comportamentos de busca autônoma por medicamentos.

Diante desses achados, a automedicação deve ser compreendida como um fenômeno de interesse para a Saúde Coletiva. Seus determinantes envolvem não somente escolhas individuais, mas também acesso aos serviços, condições econômicas, disponibilidade de medicamentos, circulação de informações e capacidade dos sistemas de saúde de oferecer orientação adequada. Assim, estratégias de enfrentamento precisam combinar educação em saúde, fortalecimento da assistência farmacêutica, regulação da dispensação, qualificação profissional e ampliação do acesso ao cuidado.

De modo geral, os estudos analisados respondem à questão norteadora ao demonstrar que os principais impactos da automedicação estão relacionados à ocorrência de efeitos adversos, interações medicamentosas, intoxicações, atraso na procura por assistência e uso inadequado de antibióticos, com possível contribuição para a resistência antimicrobiana. Ao mesmo tempo, os achados mostram que a prática é favorecida por fatores como facilidade de aquisição dos medicamentos, experiências anteriores, falta de tempo, dificuldades de acesso aos serviços e percepção reduzida dos riscos. Portanto, o enfrentamento da automedicação exige uma abordagem que considere simultaneamente o comportamento individual e as condições sociais e organizacionais que influenciam a busca pelo cuidado.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que a automedicação permanece como uma prática frequente em diferentes grupos populacionais e está relacionada a múltiplos fatores, como facilidade de acesso aos medicamentos, experiências anteriores, condições socioeconômicas, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e percepção individual sobre a necessidade de

tratamento. Em resposta à questão norteadora, os principais impactos identificados foram a ocorrência de efeitos adversos, interações medicamentosas, intoxicações, uso inadequado de antibióticos, possibilidade de mascaramento de doenças e atraso na busca por atendimento profissional.

Os achados também demonstram que a automedicação não deve ser compreendida apenas como uma escolha individual, mas como um fenômeno que envolve aspectos sociais, econômicos e relacionados à organização dos serviços de saúde. Nesse sentido, ações de educação em saúde, orientação sobre o uso racional de medicamentos, fortalecimento da assistência farmacêutica e ampliação do acesso aos serviços podem contribuir para reduzir práticas de maior risco e seus impactos sobre a população.

Entre as limitações desta revisão, destaca-se a heterogeneidade dos estudos quanto às populações investigadas, métodos utilizados e formas de mensuração da automedicação, o que dificulta comparações diretas entre os resultados. Além disso, a revisão contemplou apenas artigos disponíveis nas bases selecionadas e no período estabelecido, podendo ter deixado de incluir outras evidências relevantes. Recomenda-se, portanto, a realização de novas pesquisas, especialmente estudos longitudinais e investigações brasileiras de base populacional, que permitam acompanhar a prática ao longo do tempo, identificar seus determinantes e avaliar intervenções de educação em saúde e uso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

- ALWHAIBI, Monira *et al.* Self-medication among adults with chronic health conditions: a population-based cross-sectional survey in Saudi Arabia. **BMJ Open**, v. 13, n. 4, p. e069206, 2023.
- ASSELIN, Antoine *et al.* A description of self-medication with cannabis among adults with legal access to cannabis in Quebec, Canada. **Journal of Cannabis Research**, v. 4, n. 1, p. 26, 2022.
- AYENNEW, Wondim *et al.* Self-Medication with NSAIDs in Gondar city: prevalence, predictors, and public health implications. **Scientific Reports**, v. 15, n. 1, p. 24178, 2025.
- GASHAW, Tigist *et al.* The global prevalence of antibiotic self-medication among the adult population: systematic review and meta-analysis. **Systematic Reviews**, v. 14, n. 1, p. 49, 2025.
- GHODKHANDI, Khushal P.; CHOUDHARI, Sonali G.; GAIDHANE, Abhay. Self-medication practices among the geriatric population: A systematic literature review. **Cureus**, v. 15, n. 7, p. e42282, 2023.

GODINHO, Joseane Lima Prado *et al.* Prevalence of self-medication and associated factors in adolescents aged 18-19 years: the 1997/1998 cohort in São Luís-MA, Brazil. **Ciencia & saude coletiva**, v. 27, n. 8, p. 3341-3353, 2022.

GONZAGA, Caroline Ehlke; KOTZE, Paulo Gustavo; OLANDOSKI, Marcia. Prevalence of self-medication for dyspeptic symptoms in primary care: A Brazilian survey. **Arquivos de gastroenterologia**, v. 58, n. 3, p. 364-369, 2021.

KARIMI, Keyvan *et al.* Prevalence and risk factors of self-medication with antibiotics in the general population of Tehran-a population-based study. **Journal of Health, Population, and Nutrition**, v. 44, n. 1, p. 291, 2025.

KARIMI, Keyvan *et al.* Prevalence and risk factors of self-medication with antibiotics in the general population of Tehran-a population-based study. **Journal of Health, Population, and Nutrition**, v. 44, n. 1, p. 291, 2025.

KAZEMIOULA, Golnesa *et al.* Prevalence of self-medication during COVID-19 pandemic: A systematic review and meta-analysis. **Frontiers in Public Health**, v. 10, p. 1041695, 2022.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

OPOKU, Richmond *et al.* Prevalence of self-medication in Ghana: a systematic review and meta-analysis. **BMJ Open**, v. 13, n. 3, p. e064627, 2023.

PONS, Emilia da Silva *et al.* Self-medication in children aged 0-12 years in Brazil: a population-based study. **Revista paulista de pediatria: orgao oficial da Sociedade de Pediatria de Sao Paulo**, v. 42, p. e2022137, 2023.

QUDRATI, Bashir Ahmad *et al.* Prevalence of self-medication with antibiotics among nonmedical students at Kabul University, Afghanistan: A cross-sectional study. **Medicine**, v. 104, n. 34, p. e44124, 2025.

ROTTA, Inajara; LIMA, Tácio; TONIN, Fernanda S. Role of community pharmacy and pharmacists in self-care in Brazil. **Exploratory Research in Clinical and Social Pharmacy**, v. 10, n. 100274, p. 100274, 2023.

SAIFULLAH, Muhammad; SHARAFI, Simin; GHANEI GHESHLAGH, Reza. Prevalence and patterns of self-medication in Pakistan: a systematic review and meta-analysis. **BMC Public Health**, v. 26, n. 1, p. 232, 2025.

SHALINI, Arumugam; LOGARAJ, Muthinarayanan. Prevalence and determinants of self medication use among the adult population residing in a sub urban areas near Chennai, Tamil Nadu. **Journal of Family Medicine and Primary Care**, v. 10, n. 5, p. 1835-1838, 2021.

WANG, Danni *et al.* Prevalence and associated factors influencing the use of antibiotics for self-medication among Chinese residents: a cross-sectional study in 2021. **Archives belges de sante publique [Archives of Public Health]**, v. 83, n. 1, p. 107, 2025.

ZHENG, Yu *et al.* A systematic review of self-medication practice during the COVID-19 pandemic: implications for pharmacy practice in supporting public health measures. **Frontiers in Public Health**, v. 11, p. 1184882, 2023.